

## SÍNTESE ECONÔMICA

### RECUPERAÇÃO, ESTAGNAÇÃO E CRISE

*O ano de 1965 termina com um trimestre em que a vida econômica do país se apresenta, ainda, indecisa. Alguns setores de atividade em recuperação, outros estagnados e outros ainda em plena crise. O programa de controle do processo inflacionário, conduzido com continuidade e energia até setembro, sofreu sérios revezes no último trimestre, quando maciças emissões de papel moeda foram realizadas. O novo ano se inicia com a perspectiva de recrudescimento do processo inflacionário.*

#### AGRICULTURA

**A** AGRICULTURA é, sem dúvida, a área que apresenta melhores resultados e perspectivas. Modificações sensíveis no sistema e nos métodos de crédito, coincidentes com um ano agrícola feliz sob o ponto-de-vista climático, fizeram com que esse setor de atividade sustentasse, praticamente, a vida econômica do país durante o ano de 1965.

Se vigorarem condições idênticas no ano próximo, as perspectivas são de que essa área poderá vir a repetir os resultados do ano que se encerra.

No último trimestre, iniciou-se o programa de reforma agrária, com

o lançamento da campanha para a organização do cadastro das propriedades rurais.

Em termos da economia global do país, introduz a agricultura um fato negativo, qual seja o da excessiva safra de café. Isto impõe ao IBC a aquisição de excedentes não exportáveis, contribuindo para a alimentação do processo inflacionário.

#### INDÚSTRIA

Após a crise do meio do ano, que motivou medidas de emergência da parte do Governo, os setores industriais mais afetados pelo declínio da atividade econômica se comportaram de forma diversa.

Para alguns, os subsídios e estímulos fiscais foram suficientes para que novo ponto de equilíbrio financeiro pudesse ser alcançado. De forma geral, essa nova posição se estabeleceu para um nível de produção inferior àquele que vinha sendo mantido nos meses anteriores. Empresas houve que, em consequência da capacidade empresarial de seus dirigentes ou de posição privilegiada no mercado, conseguiram passar com certa tranquilidade o período de transição. Em alguns casos, isso se produziu com elevação do nível de produtividade.

Para outras empresas industriais, nova situação de equilíbrio não foi encontrada. Dentre as que viveram em dificuldades durante o segundo semestre do ano foi, no entanto, surpreendentemente baixo o número de concordatas e falências. O ano termina, porém, com a maioria do parque industrial sem perspectiva definida para o início do próximo exercício.

#### COMÉRCIO INTERNO E ESTOQUES

Concluiu-se o período de redução de estoques. É provável que, no final do ano, a quase totalidade dos estabelecimentos comerciais tenha alcançado a redução julgada prudente em face da nova conjuntura econômica, e tenha retomado nível de compras compatível com o seu fluxo de vendas. Esse nível de compras é, no entanto, de forma global, inferior ao que prevalecia no ano anterior.

No final do período, o comércio enfrentava novo problema, qual seja o da perspectiva de elevação de despesas, correspondente à maio-

ração de aluguéis decorrente da nova legislação pertinente ao assunto. É provável que se produza, em consequência, o encerramento das atividades de numerosas casas de varejo. Em alguns setores, essa redução virá corrigir um excesso evidente e, portanto, terá efeitos benéficos sobre a eficiência da distribuição.

#### COMÉRCIO EXTERIOR

Do lado das importações, sofreu o comércio exterior do país duas influências do mesmo sentido: a redução generalizada de estoques e o declínio da atividade industrial.

A redução deliberada de estoques por parte do comércio e da indústria refletiu-se sobre o nível das importações, reduzindo o temporariamente. Não havia sinais de retomada do nível anterior das importações. O fenômeno acentuou-se em consequência da redução das necessidades de matérias-primas importadas para numerosas indústrias em recessão. Sem dados oficiais publicados, estima-se a redução global das importações do nível normal de 1,4 para 1,1 bilhões de dólares.

Do lado das exportações, manifestou-se moderado, porém significativo, aumento na área dos produtos manufaturados ou semimanufaturados e redução no valor das saídas de café. O balanço foi, no entanto, favorável, registrando-se provavelmente um pequeno aumento do volume global das exportações.

O confronto entre as exportações e importações apresenta, portanto, um saldo significativo. Este

saldo, adicionado aos créditos externos obtidos pelos países, acarretou a constituição de importantes reservas no exterior. Ainda na ausência de dados oficiais, estima-se em 500 milhões de dólares o total de divisas disponíveis no final do exercício.

A constituição dessas reservas exigiu pesado esforço do Banco Central, resultando em forte pressão sobre o orçamento monetário.

### MOEDA

A expansão do meio circulante foi controlada pelo Ministério da Fazenda e Banco Central até o terceiro trimestre do ano, aproximadamente dentro dos limites estabelecidos no Programa de Ação Econômica do Governo. No quarto trimestre, no entanto, acumularam-se os fatores tendentes a provocar emissões adicionais de papel moeda.

De um lado, a aquisição das moedas estrangeiras que vieram constituir as já mencionadas reservas. De outro, o custo do programa de emergência, destinado a impedir o colapso industrial que se delineava no meio do ano. Esse custo se manifestou sob a forma de redução da arrecadação de imposto de consumo e de expansão de crédito.

Até setembro, haviam sido postos em circulação 320 bilhões. Só no mês de outubro, foram emitidos 170 bilhões. Nos dois últimos meses, foram postos em circulação mais 300 bilhões. A elevação total do papel moeda em circulação durante o ano atingiu, assim, a 790 bilhões, ou seja, aproximadamente 53% do saldo verificado em 31 de dezembro de 1964. No PAEG a ex-

pansão prevista era inferior a 30%. Verifica-se, portanto, que no último trimestre as autoridades monetárias se afastaram significativamente das metas que haviam estabelecido.

### PREÇOS

De acordo com as estatísticas oficiais da *Conjuntura Econômica*, o nível geral de preços continuou a crescer, porém em ritmo cada vez menos intenso. A execução do programa antiinflacionário oficial, associada a safras agrícolas favoráveis e à modificação da política salarial, foi responsável por esse afrouxamento do processo. É impossível prever com precisão as repercussões, no primeiro trimestre do ano de 1966, do término do acordo inicial de preços, segundo a fórmula que ficou conhecida como da Portaria 71, da forte expansão de papel moeda registrada no último trimestre de 1965, e do reajustamento cambial de novembro.

Através da Portaria 71 houve, sem dúvida, uma contenção da tendência geral de reajustamento de preços. É possível que, ao seu término, se produza uma elevação do nível de preços provocada pela necessidade de recuperação de renda por parte de empresas que aderiram ao sistema daquela Portaria.

A elevação da taxa de câmbio atuará sempre, através de seus conhecidos efeitos indiretos sobre vários custos, no sentido da elevação de preços.

Finalmente, a já mencionada expansão de meios de pagamento deve refletir-se, também, sobre os preços, a menos que o Banco Central interfira novamente, e de for-

ma enérgica, no sentido de retirar, no primeiro trimestre de 1966, parte substancial das emissões do último trimestre de 1965.

Em sentido oposto a essas pressões inflacionárias, identificam-se as modificações da política salarial ocorridas neste último trimestre de 1965.

#### SALÁRIOS

A proposição fundamental do Programa de Ação Econômica do Governo, no que tange à política salarial, foi a preservação da participação das classes trabalhadoras no produto nacional. A fórmula inicialmente apresentada pelo Governo para o reajustamento de salários objetivava restabelecer o poder aquisitivo real médio dos últimos vinte e quatro meses, e atribuir uma parcela adicional destinada a cobrir os efeitos do resíduo inflacionário previsto para o ano de vigência do ajustamento.

Em setembro, o Governo enviou ao Congresso Projeto de Lei em que a provisão para o resíduo inflacionário era retirada. Essa modificação provocaria, forçosamente, um declínio generalizado do salário real médio do ano subsequente (1966). No Congresso, a aprovação dessa lei se apresentou difícil. O dispositivo inicialmente mencionado no Plano de Ação Econômica do Governo foi reestabelecido. O Executivo vetou, porém, esse dispositivo introduzido pelo Congresso. Entretanto, o veto não foi apreciado: o Executivo remeteu novo projeto, em que o citado dispositivo, introduzido pelo Congresso e vetado pelo Executivo, foi, final-

mente, por este novamente proposto...

No intervalo desse estranho processo de sucessivas decisões contraditórias, foram firmados os principais acordos salariais, na vigência, portanto, do veto, com a supressão da parcela necessária a cobrir os efeitos do resíduo inflacionário.

Daí resultará, como já se disse, uma redução do nível médio dos salários reais.

Do ponto-de-vista do controle do processo inflacionário, o fato tenderá a reduzir, assim, a pressão exercida pela demanda real de bens e serviços. Do ponto-de-vista da retomada do crescimento econômico, essa mesma medida tenderá, por outro lado, a dificultar o processo de recuperação da indústria. Do ponto-de-vista social, finalmente, tenderá a agravar a tensão já existente em importantes setores da vida nacional.

#### LEGISLAÇÃO POR APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS

O caso da política salarial é exemplo típico de uma atitude do atual Executivo, que poderia ser caracterizada como "legislação por aproximações sucessivas".

A vida econômica do país continuou, durante o último trimestre de 1965, sob a influência de intensa atividade legislativa federal, com frequência modificando repetidas vezes disposições havia pouco estabelecidas. Leis, Decretos e Portarias sobre os mais variados assuntos foram redigidos, discutidos e publicados em ritmo surpreendente. O imposto de renda foi assunto

de lei que alterou, pela terceira vez, leis anteriores preparadas pela mesma administração. O problema imobiliário foi, também, tratado em duas novas leis, a terceira e a quarta no intervalo de um ano.

E houve, ainda, a lei monetária aprovada pelo Conselho de Segurança Nacional!

De modo geral, a legislação econômica e financeira, assim elaborada, se revestiu, ainda, de caráter fragmentário, tornando extremamente penoso seu estudo e interpretação.

Empresas e indivíduos encontram-se perplexos diante das modificações do quadro legal em que devem operar. De modo geral, toda a nova regulamentação concor-

reu para ampliar a carga administrativa das empresas, tornando mais complexa a sua tarefa de atender os encargos fiscais.

#### REFORMA TRIBUTÁRIA

Exceção à regra geral de má técnica legislativa se registrou, felizmente, na elaboração da emenda constitucional referente à Reforma Tributária. Esse documento legal, de grande importância, introduz significativas modificações na estrutura da economia nacional. Em termos econômicos, a reforma deu lugar a intensa discussão. A extensão da matéria e sua promulgação já no final do ano levam a dedicar-lhe a Síntese Econômica do próximo número.